

# Sentidos em torno do verbo “doutrinar” em dicionários on-line à luz da Lexicografia Discursiva

Meanings about the verb “indoctrinate” from the perspective of the Discursive Lexicography

DOI 10.20396/lil.v27i00.8676641

**Andrei Ribeiro**

Universidade Estadual do Centro-Oeste

**Cláudia Maris Tullio**

Universidade Estadual do Centro-Oeste

**Célia Bassuma Fernandes**

Universidade Estadual do Centro-Oeste

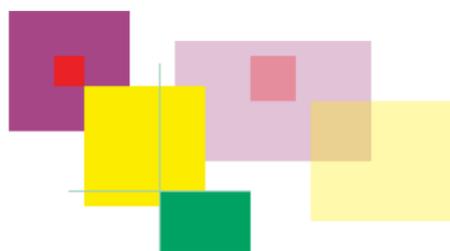
## Resumo

O presente estudo teve como objetivo central refletir como os sentidos em torno do verbo “doutrinar”, presente em três dicionários on-line amplamente utilizados no Brasil, relacionam-se com a história e com a sociedade (Nunes, 2006). Inscritos no campo de estudos da Lexicografia Discursiva, compreendemos que o dicionário constitui também um discurso (Orlandi, 2002), o que revela sua íntima ligação com a exterioridade linguística, sobretudo, com os contextos sociais e ideológicos em que são formulados. Levando em conta o desenvolvimento e a consolidação do movimento Escola Sem Partido (ESP), bem como o desenvolvimento do projeto de lei 256/2019, o qual se fundamenta em seus princípios, buscamos colocar em relação aquilo que é significado no dicionário e aquilo que é politicamente significado (Orlandi, 2002). Para tanto, apoiamos-nos nos estudos de Orlandi (2002), Nunes (2006), Adorno (2018), Fernandes e Ferreira (2021) entre outros.

**Palavras-chave:** Lexicografia Discursiva; Análise de Discurso; Dicionário on-line.

## Abstract

This paper aims to reflect how the meanings of the verb “indoctrinate”, as presented in three online dictionaries largely consulted in Brazil, relates to the history and the society (Nunes, 2006). Incribed in the theoretical framework of Discursive Lexicography, we understand the dictionary as a discourse (Orlandi, 2002), which reveals its connection with the linguistic exteriority, mostly, and with the social and historical contexts in which they are formulated. Considering the development and the consolidation of Movimento Escola Sem Partido (ESP), as well as the development of the bill 256/2019, which is based on these principles, we try to relate what is meant in the dictionary to what is meant politically



(Orlandi, 2002). For this, we rely on the studies of Orlandi (2002), Nunes (2006), Adorno (2018), Fernandes e Ferreira (2021), among others.

**Keywords:** Discursive Lexicography; Discourse Analysis; *Online Dictionary*.

---

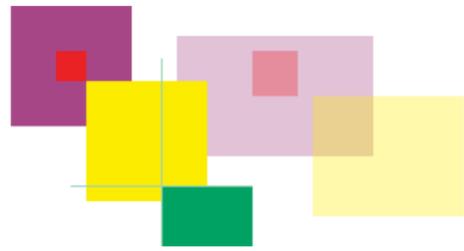
## Introdução

A articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso Franco-brasileira tornou possível o desenvolvimento de um novo campo de estudos interessado, muito especialmente, no estudo e na reflexão acerca do dicionário: a Lexicografia Discursiva (Orlandi, 2002).

Entendendo o próprio dicionário como um discurso, à Lexicografia Discursiva cabe pensar a relação existente entre língua, sujeito, história e sociedade na constituição deste instrumento linguístico (Nunes, 2006). Isso permite compreender que o dicionário não se encontra desvinculado de uma realidade social, mas se constrói na relação direta entre ela e o sujeito lexicógrafo – embora suas condições de produção sejam constantemente apagadas nos gestos de leitura (Nunes, 2007).

Tendo isso em mente, interessa a este estudo refletir como os sentidos em torno do verbo “doutrinar” se estabelecem ou se deslocam em três dicionários on-line amplamente utilizados no Brasil: o Priberam, o Michaelis e o Aulete Digital. Para isso, é necessário levar em conta o desenvolvimento e a consolidação do movimento Escola Sem Partido (ESP), no Brasil contemporâneo, pois é a partir de sua articulação que o(s) sentido(s) para esse vocábulo passa(m) a ser singular(res), o que contribuiu para a construção de um imaginário negativo acerca da escola – sobretudo a escola pública – e da atuação docente.

Ora, é justamente sobre essa premissa que o movimento se desenvolve. Seus adeptos argumentam que professores, autores de livros didáticos e demais envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem se utilizariam do espaço que lhes é concedido e da audiência de seus alunos para pregar ideias de determinadas correntes político-partidárias e, por consequência, doutrinar seus alunos para que sigam os mesmos ideais (Brasil, 2019).



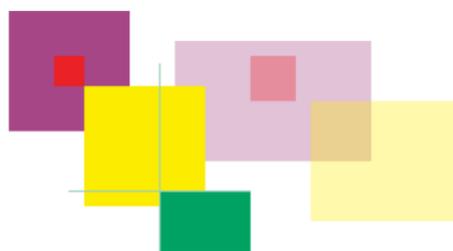
Diante disso, a questão norteadora para este trabalho apoia-se em Nunes (2006) para refletir: como o discurso lexicográfico materializado no verbete dos dicionários digitais relaciona-se com a história, com a sociedade e com sujeitos ideologicamente interpelados?

Para buscar respondê-la, partimos de uma abordagem de pesquisa bibliográfica, sustentada pelos estudos de Guimarães e Orlandi (1996), Orlandi (2002), Nunes (2006), Adorno (2018), entre outros. O trabalho encontra-se organizado em três seções: na primeira delas, realizamos uma breve análise sobre os dicionários digitais selecionados para o estudo, destacando as particularidades dos instrumentos linguísticos digitais. Em seguida, mergulhamos em conceitos da Análise de Discurso e da Lexicografia Discursiva para evidenciar a possibilidade de pensar o dicionário sob um ponto de vista discursivo. Por último, empreendemos a análise e reflexão dos sentidos em torno do verbo “doutrinar” nos dicionários digitais selecionados, relacionando-os com suas condições de produção.

## **Breve olhar sobre os dicionários *on-line*: os casos do Priberam, do Michaelis e do Aulete Digital**

José Horta Nunes (2007) argumenta que o aparecimento dos dicionários monolíngues impressos encontra-se intimamente relacionado à formação dos Estados e das línguas nacionais. Desse modo, para além de um instrumento linguístico, o dicionário constitui também um instrumento de publicização e de legitimação da língua do Estado junto a um público mais amplo (Nunes, 2007), o que lhe confere um lugar singular na sociedade, pois, ao mesmo tempo em que não é encarado como objeto científico e tem sua metodologia e condições de produção silenciados nos gestos de leitura, é tomado como “lugar de certezas inquestionáveis” (Nunes, 2007, p. 176).

Com o avanço da *internet* e das tecnologias de comunicação, esse cenário parece se ampliar e o dicionário não sai ileso. A possibilidade de atualizar o arquivo constantemente e a facilidade de acesso diante de uma suposta democratização digital conferem ao dicionário, hoje, uma posição de destaque frente a outros instrumentos de conhecimento linguístico, como a gramática. Hoje, são inúmeras as ferramentas *on-line* que fazem às vezes de um dicionário impresso e cujas particularidades devem ser levadas em conta na análise e compreensão desses objetos.



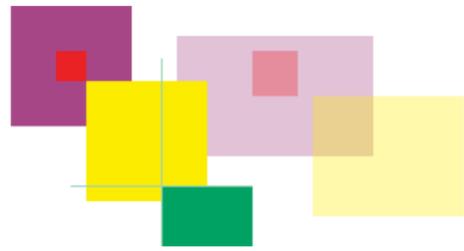
Guilherme Adorno (2018) defende que o dicionário *on-line* se organiza a partir de ferramentas lexicográficas digitais, isto é, mecanismos que, além de não existirem em dicionários impressos, somente tornam-se possíveis a partir de sua circulação em um ambiente virtual. Há dicionários *on-line* que utilizam *softwares* para buscar, em *sites* de notícias ou redes sociais, a palavra pesquisada pelo usuário; outros fornecem abas com as palavras mais pesquisadas do dia ou, ainda, com as palavras recém adicionadas ao acervo da ferramenta (Adorno, 2018).

Da mesma forma que um dicionário monolíngue impresso, o dicionário *on-line* também acaba por normatizar a língua e atuar na criação de referências acerca do idioma (Adorno, 2018; Guimarães; Orlandi, 1996). Porém, no caso do dicionário *on-line*, essa questão se amplia, haja vista a constante atualização de seu arquivo e a facilidade de acesso diante de uma suposta democratização digital. Então, mais do que nunca, é possível afirmar que, embora continue negligenciado nas ciências linguísticas e mesmo em ambientes de ensino-aprendizagem, que compreendem tanto a educação básica quanto o ensino superior, o dicionário *on-line* ainda se faz presente na sociedade (Nunes, 2007).

Dentre os diversos dicionários *on-line* disponíveis atualmente, selecionamos três para a realização deste estudo: o dicionário Priberam *On-line* de Português, o Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa e o Aulete Digital. O corpus recortado para análise consiste em versões virtuais de dicionários impressos, mas vale ressaltar que não se trata de mera transposição do meio impresso ao digital, pois cada dicionário opera a partir das especificidades que o ambiente virtual proporciona.

O dicionário Priberam, por exemplo, baseia-se no *Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa*, da edição de 1996 à de 1999, e permite que o usuário opte por definições em português brasileiro ou europeu, antes ou depois dos novos acordos ortográficos de ambas as línguas. Além disso, a página inicial da ferramenta também apresenta as palavras mais pesquisadas do dia, além de uma seção que visa tirar dúvidas sobre gramática, ortografia e pronúncia. As funcionalidades do Priberam estão em constante atualização e aprimoramento, e têm como objetivo principal tornar claras as diferenças ortográficas e de uso existentes entre o português brasileiro e o português europeu (Priberam, 2023).

A interface do Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa é muito semelhante à do dicionário Priberam. Na seção “Sobre o dicionário”, explica-se que o



dicionário *on-line* toma como base sua versão impressa e elaborada pela Editora Melhoramentos. A versão digital conta com aproximadamente 167 mil verbetes e destaca-se a participação social em sua construção: através da campanha “O Português é seu”, em parceria com a UOL, quando foram registrados vocábulos surgidos com o avanço das tecnologias digitais de comunicação, além de coloquialismos, gírias e regionalismos (Michaelis, 2024).

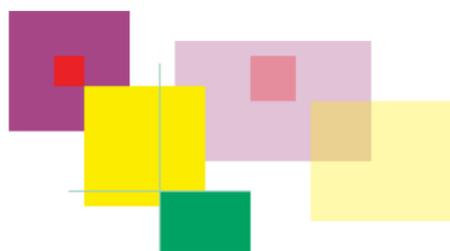
E, tal qual os dois dicionários já mencionados, o Aulete Digital também se baseia numa obra impressa: o Caldas Aulete, editado pela primeira vez no século XIX. De acordo com a apresentação do Aulete Digital, seu objetivo é não só ampliar e atualizar o Caldas Aulete, como também ressignificar a própria noção de dicionário. Para tanto, define tal ampliação como fundamental

a) no aspecto lexicográfico, incorporando as mais recentes acepções e os mais modernos conceitos e terminologias, à medida que a língua viva os cria em todos os setores e nichos de uso; b) no aspecto da evolução da tecnologia da informação, incrementando a funcionalidade e a praticidade que uma obra de consulta deve ter e estendendo-a a todas as plataformas e sistemas hoje disponíveis, c), enfim, reinventar o dicionário (Aulete Digital, 2024).

O Aulete Digital também oferece recursos como acesso à palavra mais pesquisada do dia ou informações gramaticais. Verificamos, então, que esses três instrumentos linguísticos possuem funcionalidades muito semelhantes. Sendo assim, nos perguntamos: que pistas os verbetes neles discursivizados podem fornecer para pensar a relação entre o dicionário e a sociedade?

## O dicionário como discurso

Um dos pontos nucleares das diversas abordagens teóricas que têm o discurso como seu objeto de análise e de reflexão consiste no entendimento de que a língua, em suas diversas manifestações, não é transparente. A Análise de Discurso de linha francesa (AD), ancorada nos estudos de Michel Pêcheux, entende que o discurso, este “efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2020, p. 20), está sempre remetido à exterioridade, isto é, às suas condições de produção que compreendem os contextos histórico, ideológico e social em que este se dá (Nunes, 2006).



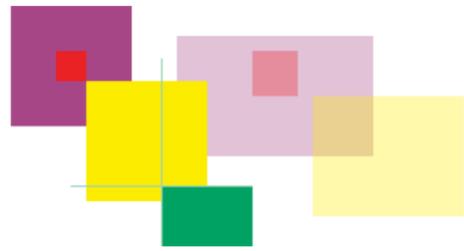
O imaginário construído acerca do dicionário leva a pensar que observá-lo nesses termos não é possível, seja pela ilusão de completude, seja pela ilusão de objetividade e transparência de sentidos. Em primeiro lugar, o dicionário parece compreender tudo o que há na língua porque sustenta uma língua imaginária (Orlandi, 2009; Nunes, 2007), ou seja, uma língua-sistema, fixa, estável, resumida em normas, fórmulas e regras, em suma, uma língua gramatical (Orlandi, 2009), o que, por sua vez, leva à ilusão de que o dicionário é responsável por organizar a unidade dessa mesma língua (Orlandi, 2002). Contudo, conceber o dicionário discursivamente desestabiliza essa noção na medida em que

A língua, ou antes, as 'sistematicidades linguísticas' (os mecanismos lexicais, sintáticos, enunciativos) são sempre remetidas à exterioridade, às condições de produção do discurso, que são fundamentalmente o contexto situacional, histórico e ideológico, compreendidos os sujeitos aí inseridos (Nunes, 2006, p. 18).

Como consequência, entra em cena a possibilidade de, levando-se em conta a materialidade discursiva do dicionário, questionar a evidência e transparência de sentidos, de definições, de exemplificações, remetendo-os às suas condições históricas e sociais de aparecimento (Nunes, 2006). Essa possibilidade se dá a partir da inscrição deste e de outros tantos estudos no campo da Lexicografia Discursiva, campo que "vê nos dicionários, discursos" (Orlandi, 2002, p. 103). Assim, interessa menos a função que o dicionário desempenha e mais o seu funcionamento na relação do sujeito com a língua, com a história, com a sociedade e com a memória discursiva (Orlandi, 2002).

Encarar o dicionário por uma concepção discursiva implica compreender que sua elaboração se dá, justamente, na relação direta com os contextos em que é editado, ou, em termos mais teóricos, com suas condições de produção (Nunes, 2006; Orlandi, 2020). Desse modo, torna-se possível observar como o dicionário estabelece sentidos em determinadas conjunturas ao invés de considerá-lo como objeto que em nada se vincula à realidade social (Nunes, 2006). Dito de outro modo, pensar o estabelecimento de sentidos, em relação à materialidade discursiva do dicionário, leva-nos ao entendimento de que

O sentido, desse modo, não é remetido a uma origem autoral, e nem considerado como fixo ou isolado, mas sim compreendido nas redes de significações que consistem no encontro de uma memória lexicográfica (o universo complexo de tudo o que já foi definido) com um espaço de atualidade (a formulação do dicionário) (Nunes, 2006, p. 15).



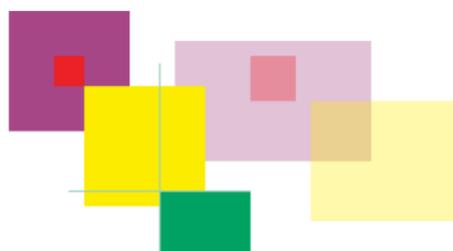
Assim, tanto a elaboração do dicionário quanto sua leitura, de um ponto de vista discursivo, encontram-se atreladas à inescapável relação existente entre língua, história, ideologia e sujeito (Nunes, 2006). Em primeiro lugar, é necessário ter em mente que, de acordo com os pressupostos da AD, a ideologia é condição para que se constituam tanto os sentidos quanto o próprio sujeito (Orlandi, 2020). O sujeito torna-se sujeito na medida em que é interpelado pela ideologia, de mesmo modo, estabelece ou desloca sentidos ao se inscrever numa formação ideológica dada e não em outra (Orlandi, 2020).

Além disso, o sujeito discursivo também é constantemente afetado pelo inconsciente, o que faz com que esteja sujeito à falha, ao equívoco, à incompletude da língua que também o afeta. A consequência disso é um sujeito não “coincidente consigo mesmo” e que “afetado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, [...] só tem acesso à parte do que diz” (Orlandi, 2020. p. 47). O sujeito lexicógrafo, concebido discursivamente, também se constitui dessa maneira: trata-se de um sujeito desejante, inscrito na história, assujeitado pela ideologia, dotado de “uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contato que se submeta à língua para sabê-la” (Orlandi, 2020, p. 48).

E, se a ideologia é condição primeira para a constituição do sujeito e a constituição do sujeito é necessária para a construção de sentidos, a ideia de transparência de sentidos contidos no dicionário não se sustenta. Ademais, se encaramos o objeto na sua relação com a história, não enquanto elemento externo à língua, mas enquanto inscrita na própria língua, torna-se possível “observar a estabilização dos sentidos em circunstâncias específicas”, além de “apreender suas transformações, suas atualizações, suas rupturas” (Nunes, 2007, p. 173).

Isso porque o discurso, para a AD, está sempre remetido à memória ou ao interdiscurso, como explica Orlandi (2020). De acordo com a autora, a memória discursiva – ou interdiscurso – refere-se ao “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2020, p. 29). Logo, toda produção discursiva conclama, em alguma medida, os já ditos sobre algo ou alguém, em determinadas situações, no ato de sua formulação (Orlandi, 2020).

Isto pode ser observado de forma muito especial no dicionário, pois os sentidos que esse instrumento linguístico estabelece, as definições que traz em seu interior, não surgem do nada, tampouco se constituem a partir da mera vontade ou desejo do sujeito na posição



de lexicógrafo; ao contrário: derivam de um processo histórico que tanto constrói quanto atualiza uma memória, tanto reproduz quanto desloca sentidos em torno de uma palavra (Nunes, 2006). De mesmo modo, esses sentidos possíveis não existem em si mesmos, não se encontram fixados ou totalmente colados aos verbetes, às entradas, às acepções que compõem o dicionário, mas se dão a partir das posições ideológicas que os sujeitos, inseridos nas práticas lexicográficas, ocupam em cada conjuntura sócio-histórica.

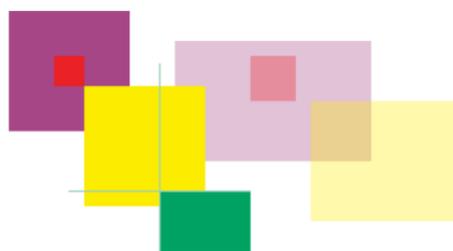
Tais posições podem ser entendidas como formações discursivas, isto é, “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2020, p. 41). Desse modo, o discurso estabelece sentido porque parte de um sujeito inscrito em determinada formação discursiva – ainda que este não tenha plena consciência disso. No caso do dicionário, essa noção abre espaço para que se compreenda que as palavras não significam por elas mesmas, mas que seus sentidos são determinados ideologicamente (Nunes, 2006; Orlandi, 2020). Igualmente, a ilusão de que o discurso do dicionário é neutro cai por terra.

Nunes (2006) aponta como elementos constitutivos do dicionário e passíveis de reflexão, numa concepção discursiva, o prefácio, o verbete, a nomenclatura, a definição, a contextualização, a etimologia e as marcações. Acerca do verbete, interesse principal deste estudo, o autor destaca a necessidade de questionar a transparência de sentidos, além de perguntar de que maneira o verbete em questão relaciona-se com a sociedade e com a história.

É com essas contribuições em mente que nos propomos a realizar um gesto de análise e interpretação do verbete “doutrinar”, em três dicionários *on-line* amplamente utilizados no Brasil, de modo a evidenciar a relação dos sentidos com o processo histórico e social pelo qual passam todas as línguas.

## **Sentidos em torno do verbo “doutrinar” em dicionários *on-line***

Em 2004, o advogado Miguel Nagib fundou o movimento Escola Sem Partido (ESP), cujo principal objetivo consistia no combate à doutrinação ideológica de cunho marxista presente nas escolas brasileiras. Inspirado por movimentos semelhantes que tomavam forma



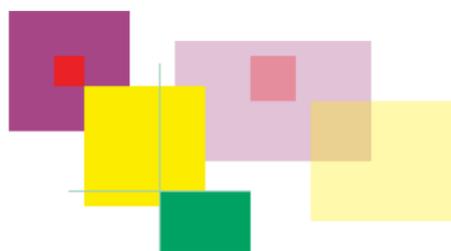
nos Estados Unidos, Nagib organizou manifestações em defesa de uma educação neutra, pois entendia que alguns professores se utilizavam de sua posição para inculcar suas próprias visões de mundo em seus estudantes (Knijnik, 2020)

No entanto, embora a atuação ativa de seu fundador, sobretudo após a vitória do governo petista nas eleições de 2002, o movimento permaneceu no limbo por muito tempo (Katz; Mutz, 2017) e só voltaria a ganhar sobrevida no ano de 2014, quando a primeira proposta legislativa fundamentada em seus princípios foi apresentada pelo então deputado federal Erivelton Santana. O Projeto de Lei (PL) 7180/2014 propunha uma alteração no artigo 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que incluiria elementos que auxiliassem no combate à dita doutrinação, além de priorizar a educação oferecida pela família em detrimento da educação oferecida pelo Estado (Fernandes; Ferreira, 2021).

As discussões em torno do movimento ampliaram-se expressivamente e o PL 7180/2014 serviu de base para que proposições semelhantes fossem elaboradas em diversas regiões do país. Não obstante seu fortalecimento diante da sociedade civil, a eleição de um presidente simpatizante aos ideais do movimento, em 2018, pareceu legitimá-lo, o que culminou em uma nova versão do projeto de lei, redigida pela deputada Bia Kicis (Ribeiro; Tullio, 2022).

O PL 258/2019 manteve as mesmas premissas de suas versões anteriores, mas acrescentou um artigo que visava assegurar aos estudantes o direito de gravar as aulas que assim desejassem, “a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola [e pelo professor]” (Brasil, 2019, p. 2). O que se estabeleceu a partir daí foi um cenário de controle, de vigilância e de limitação sobre o exercício docente (Ribeiro; Tullio, 2022).

Ribeiro e Tullio (2022) observam que o movimento e seus adeptos colocam todas as discussões de relevância social sob o rótulo da doutrinação ideológica, mas sequer definem a prática de forma satisfatória ou elucidam como ela aconteceria. De qualquer forma, isso foi suficiente para que um imaginário negativo acerca do professor fosse construído e reproduzido, ainda que a maior parte das propostas legislativas embasadas na ESP tenham sido totalmente descartadas (Ribeiro; Tullio, 2022).



Diante desse panorama, perguntamo-nos: como os sentidos atribuídos ao verbete “doutrinar”, presente em dicionários *on-line*, relacionam-se com esse processo de desenvolvimento e consolidação do movimento ESP?

No dicionário Priberam *On-line* de Português, “doutrinar” aparece da seguinte forma:

doutrinar

(dou·tri·nar)

**verbo transitivo e intransitivo**

1. Instruir através de uma doutrina (ex.: *gosta muito de doutrinar os alunos; doutrinar o espiritismo; usa a retórica para doutrinar*). = ENSINAR

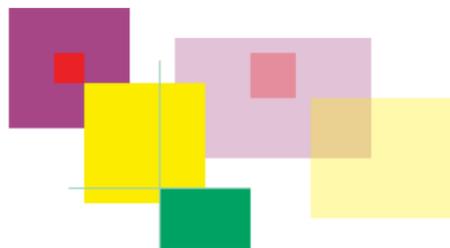
**verbo transitivo**

2. Instruir nos princípios de alguma doutrina ou ideia, geralmente sectária e sem abertura a outras ideias. = CATEQUIZAR (Priberam, 2024, s.p., grifos do autor).

Há duas entradas para o verbete em questão. Na primeira delas, “doutrinar” é definido como instrução e apresentado como sinônimo do verbo ensinar. O contrário, porém, não acontece: ao procurar pelo verbo “ensinar”, no mesmo dicionário, não há qualquer menção ao ato de doutrinar. Curioso também é o exemplo trazido na primeira entrada: *gosta muito de doutrinar os alunos*. Embora, sintaticamente, o agente da ação esteja estruturalmente oculto, não é difícil deduzir a quem o exemplo se refere. Isso porque, como explica Orlandi (2020, p. 50) “a condição da linguagem é a incompletude”, de modo que esta se encontra sempre aberta ao simbólico, ao movimento, a um outro sentido possível.

Contudo, a mesma autora observa que não é porque o sentido está aberto que qualquer sentido possa ser possível. Nesse caso, o substantivo *alunos* nos fornece subsídios para deduzir quem pratica a doutrinação, seja porque sabemos que o professor é o sujeito a se relacionar diretamente com eles, seja porque os sentidos que flutuam em torno da doutrinação, em nossa realidade social, deslizam sobre o verbete.

Já na segunda entrada, “doutrinar” apresenta-se como sinônimo de “catequizar”, como instrução ou inscrição numa corrente de raciocínio que não permite abertura para ideias contrárias ou simplesmente divergentes. Tal definição, ao mesmo tempo em que recupera



sentidos filiados a uma formação ideológica religiosa, atesta seu caráter negativo e aproxima-se muito mais do sentido incutido pelo ESP em torno da dita doutrinação ideológica. No PL 258/2019, lê-se que a

doutrinação política e ideológica em sala de aula compromete gravemente a liberdade política do estudante, na medida que visa a induzi-lo a fazer determinadas escolhas políticas e ideológicas, que beneficiam, direta ou indiretamente as políticas, os movimentos, as organizações, os governos, os partidos e os candidatos que desfrutam da simpatia do professor (Brasil, 2019, p. 4).

Se consideramos que o discurso não constitui mero ato de transmissão de informações, mas sim um processo complexo que, ao colocar em relação os sujeitos, a linguagem e a história, desencadeia tanto a produção de sentidos quanto a constituição dos próprios sujeitos, além da (re)construção da realidade social (Orlandi, 2020), pode tornar-se possível a relação entre o que propõe o PL e a definição de “doutrinar” do dicionário Priberam.

Nunes (2006) assevera que a relação entre o sujeito lexicógrafo e a exterioridade, no momento da formulação do dicionário, não é direta, mas mediada por representações imaginárias que este tem de si mesmo e de seus destinatários, de modo que esse sujeito imaginado transforma-se em condição para a formulação do discurso lexicográfico (Nunes, 2007). Logo, as palavras que são ou não dicionarizadas, os sentidos que circulam ou não no dicionário e a maneira como as definições se materializam discursivamente nesse instrumento linguístico, não são escolhas totalmente livres ou deliberadas, mas reflexo das práticas sociais e da inscrição do sujeito lexicógrafo nas formações discursivas e ideológicas nas quais se inscreve (Nunes, 2006). Em outros termos, são marcas de seu assujeitamento (Orlandi, 2020). Isso explica como um mesmo verbete pode ser discursivizado de diferentes maneiras, em diferentes dicionários.

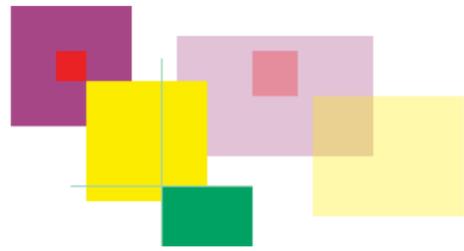
Consideremos agora os sentidos que circulam no verbete “doutrinar” no Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa:

doutrinar

dou·tri·nar

vtd

1 Pregar à maneira de doutrina; apostolar, catequizar, evangelizar.



vtd e vint

2 Instruir em uma doutrina; educar, ensinar, instruir: O mundo o doutrinará. Assim doutrinavam antigamente.

vti e vint

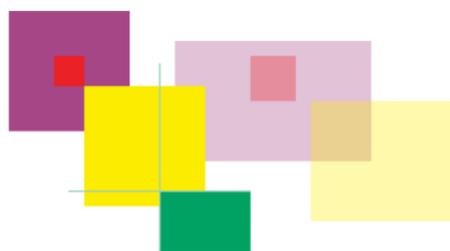
3 Transmitir a doutrina cristã: Doutrinar sobre a salvação. Eram tempos em que Cristo doutrinava. (Michaelis, 2024, s.p.).

Orlandi (2002) observa que o dicionário Michaelis, no formato impresso, tem como característica pretender-se “politicamente correto”. Assim como o Priberam, há três entradas para o verbete em questão, sendo a primeira sinônimo de catequizar e a segunda sinônimo de educar. Porém, não há um sujeito responsável pela ação, como na definição do Priberam. No Michaelis, os sujeitos responsáveis por doutrinar são o mundo (O mundo o doutrinará), Jesus Cristo (Eram tempos em que Cristo doutrinava), ou um sujeito indeterminado (Assim doutrinavam antigamente).

Além disso, o ressoar de um discurso religioso é mais forte que no verbete anterior, havendo duas entradas destinadas a definições das quais derivam sentidos ligados à religiosidade. A última entrada (“Transmitir a doutrina cristã”) pode encaminhar para a inscrição do sujeito lexicógrafo em uma formação discursiva religiosa. Interessante é observar, também, que a postura “politicamente correta” se dá no fato de que os sujeitos responsáveis pela doutrinação não são bem demarcados, tampouco há uma entrada com sentidos essencialmente negativos acerca da prática de doutrinar, como no dicionário Priberam.

De um modo geral, o que o Michaelis faz é repetir alguns dos sentidos postos em circulação pelo dicionário Priberam de forma mais ampla e menos específica. Essa repetição, porém, não é uma repetição meramente mnemônica, como observa Orlandi (2020), mas uma forma de repetição histórica,

que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências e o imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido (Orlandi, 2020, p. 52).



Ademais, se levarmos em conta que o sujeito, pelo viés discursivo, constitui-se tanto pela interpelação da ideologia quanto pela clivagem entre consciente e inconsciente, podemos dizer que essa retomada de sentidos já estabelecidos se dá pelo funcionamento do esquecimento número um, destacado por Pêcheux (1975) e retomado por Orlandi (2020). De acordo com a autora, esse esquecimento é de ordem ideológica e inconsciente e faz com o sujeito creia ser a origem do dizer quando o que faz, na realidade, é retomar e atualizar sentidos preexistentes (Orlandi, 2020).

Já no Aulete Digital, esse funcionamento não acontece da mesma forma. No dicionário em questão, “doutrinar” é discursivizado da seguinte maneira:

doutrinar

(dou.tri.nar)

v.

1. Instruir (alguém) em (doutrina, ideia etc.); ENSINAR [td. : doutrinar o discípulo.] [tdr. + em : doutrinar o discípulo em filosofia. Antôn.: desdoutrinar ]

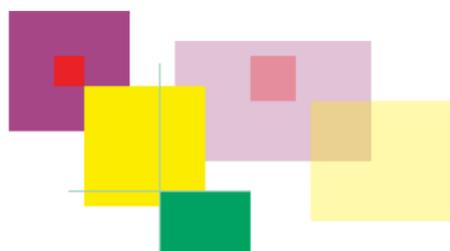
2. Pregar doutrina. [int. : O velho mestre vivia a doutrinar.]

3. Incutir ideia em (alguém), para que proceda de certa maneira. [td. : Doutrinava o filho.] [tdr. + a : Doutrinava o filho a dar valor ao trabalho.]

4. Ant. Tornar treinado e/ou manso; ADESTRAR; AMESTRAR [td. : doutrinar o cão.] (Aulete Digital, 2024, s.p.).

A primeira questão que nos chama a atenção é o fato de que esse é o único dicionário em que os sentidos do verbete não se inscrevem em formações discursivas e ideológicas religiosas. As duas primeiras entradas encaminham para o efeito de sentido de ensinar (Instruir alguém, Pregar doutrina), repetindo os sentidos dos dicionários anteriores. Porém, nas duas entradas seguintes, “doutrinar” produz o efeito de sentido de imposição, de controle, ao “incutir ideia em alguém para que proceda de certa maneira” e para torná-lo “treinado”.

Por fim, chama-nos a atenção a terceira entrada, pois é a única que sinaliza para a existência de um fim específico para a doutrinação. No dicionário Priberam, há uma entrada que se refere à “doutrina” como interpelação do sujeito a uma corrente de ideias sem possibilidade de abertura a considerações divergentes, enquanto o Michaelis significa “doutrina” apenas como sinônimo de ensino. O Aulete Digital, por outro lado, define que tal



inscrição em uma doutrina se dá para que o sujeito *aja de certa maneira*, o que também vai ao encontro do que propõe o ESP quando se refere à doutrinação ideológica. A justificativa do PL 256/2019 é a de que:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para *fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral* – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhe são ensinados por seus pais ou responsáveis (Brasil, 2019, p. 4, grifos nossos).

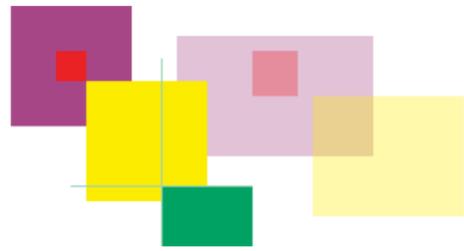
Logo, a maneira como o Aulete Digital significa “doutrina” encontra-se alinhada aos moldes do ESP, tornando possível a relação entre aquilo que é significado no dicionário e aquilo que é politicamente significado (Orlandi, 2002).

Ademais, é necessário ter em mente que o verbete pode ser lido como um texto (Orlandi, 2002), de modo que cada elemento se une a outro numa cadeia de significado. Ao iniciar a definição do verbete com “Instruir” e encerrá-la com “Tornar adestrado e/ou manso”, o gesto de leitura do verbete pode encaminhar para sentidos de uma prática de *instrução* que pode evoluir até atingir o ponto da busca por *adestramento e mansidão*.

## Considerações finais

O imaginário construído acerca do dicionário o concebe como instrumento linguístico responsável pela unidade e pela completude da língua, como fonte incessante e neutra de informação e, principalmente, como um discurso sem sujeito (Orlandi, 2002; Nunes, 2006). O espaço – ou a falta de espaço – relegados ao dicionário diante das ciências da linguagem abrem espaço para que ele seja compreendido não em sua relação com a história, com a sociedade e com os sujeitos (Nunes, 2006), mas totalmente desvinculado de tais fatores, como se os sentidos nele contidos existissem por si mesmos. Consequentemente, as condições de produção e demais elementos externos são desconsiderados em suas leituras.

O objetivo central deste trabalho consistiu em investigar como o verbo “doutrinar” é discursivizado em três dicionários *on-line* amplamente utilizados no Brasil, pensando no processo de produção de sentidos e, mais especificamente, na relação que se estabelece



entre língua, sujeito e história. Levando em conta a suposta doutrinação ideológica presente nas escolas brasileiras, denunciada pelo movimento Escola Sem Partido, bem como a elaboração de propostas legislativas pautadas em princípios pretensamente neutros, atestamos relações possíveis entre o que é significado nos dicionários *on-line* Priberam, Michaelis e Aulete Digital e aquilo que é politicamente significado (Orlandi, 2002), pois a língua não é estática, hermeticamente fechada. Ao contrário, é fluida e está sempre em constante movimento (Orlandi, 2009).

Enquanto o Priberam é o único, dentre os dicionários recortados para análise, a colocar, ainda que indiretamente, o professor como o sujeito que tem poder de “instruir”, “ensinar” e “catequizar”, o Michaelis repete sentidos semelhantes, mas inscreve o dizer em um discurso religioso de forma latente e não atribui ao professor a prática da doutrinação, mas ao “mundo” e a “Cristo”. O Aulete Digital, por outro lado, parece aproximar-se mais do que propõe o ESP ao significar a doutrinação e o ato de doutrinar a sentidos essencialmente negativos, já que discursiviza a doutrinação como uma prática que visa ao controle do sujeito, de forma que ele seja “adestrado” por um mestre, tornando-se “treinado e/ou manso”.

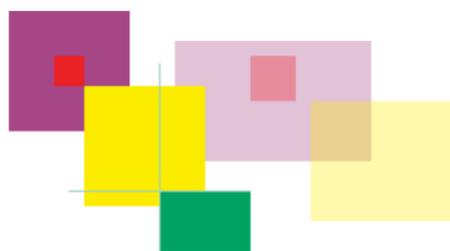
Podemos dizer, portanto, que o dicionário não se encontra desvinculado da realidade social, tampouco constitui um instrumento linguístico neutro e isento de traços ideológicos. Como discurso, é justamente na relação entre tais fatores que ele emerge, estabelecendo, deslocando e atualizando sentidos presentes em uma memória lexicográfica que continua se expandindo (Nunes, 2006). Nesse sentido, investigar como se dá o processo de produção de sentidos nos dicionários *on-line*, sob essa mesma ótica, também é produtivo, haja vista a ampla circulação desse instrumento linguístico e a hiperconexão do mundo moderno

## Referências bibliográficas

ADORNO, G. Visualizar, ler e compreender o dicionário Priberam: divisões políticas da língua no limiar do linguístico e do visual. **Línguas e instrumentos linguísticos**. n. 42, jul./dez. 2018, p. 98-138. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao42/artigo5.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

AULETE DIGITAL. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/index.php>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Anteprojeto de Lei Federal que institui o “Programa Escola Sem Partido”**. Escola Sem Partido. 2019. Disponível em: <http://escolasempartido.org/anteprojeto-lei-federal/>. Acesso em: 01 fev. 2024.



FERNANDES, L. I.; FERREIRA, C. A. O Movimento Escola Sem Partido: ascensão e discurso. **Humanidades em diálogo**. v. 10, p. 194-209, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/159234>. Acesso em: 01 fev. 2024.

GUIMARÃES; E.; ORLANDI, E. P. Identidade linguística. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.

KATZ, E. P.; MUTZ, A. S. C. Escola sem partido – produção de sentidos e disputas em torno do papel da escola pública no Brasil. **Educação Temática Digital**. Campinas, n. esp., v. 19, p. 184-205, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647835>. Acesso em: 01 fev. 2024.

KNIJNIK, J. To Freire or not to Freire: Educational freedom and the populist right-wing 'Escola sem Partido' movement in Brazil. **British Educational Research Journal**. v. 47, n. 2, p. 335-371, 2020. Disponível em: <https://bera-journals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/berj.3667>. Acesso em: 01 fev. 2024.

MICHAELIS. **Michaelis Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes, 2006.

NUNES, J. H. Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: o caso do dicionário. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 163-181.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. **Língua Brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: RG Editores, 2009.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam on-line de português**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

RIBEIRO; A.; TULLIO, C. M. O movimento Escola sem Partido e a (re)construção identitária do professor na sociedade brasileira do século XXI. In: SILVA et al. (Orgs.). **Educação, Linguística e Literatura: múltiplas faces do ensino**. E-book. Vol. 3. Tutóia: Diálogos, 2022. p. 85-112. Disponível em: <https://editorialogos.com/ebooks/educacao-linguistica-e-literatura-multiplas-faces-do-ensino/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Submissão: 17/05/2024

Aceite: 28/06/2024